



CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Estado de São Paulo

Av. Washington Luis, 200, Estação, - Miracatu – SP - CEP 11.850.000-

CNPJ nº 57.741.852/0001-7

Telefax: (13) 3847.1299 - Tel (13) 3847.1248 (Presidência) - (13) 3847.3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE
ORÇAMENTO E FINANÇAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU,
ESTADO DE SÃO PAULO

Referência: Projeto de Lei Complementar nº 11/2023

Ofício 138/2023

Assunto: Consulta CCJ. Projeto de Lei Complementar Piso Nacional do
Magistério. Emenda Parlamentar

PARECER JURÍDICO nº 52/2023

EMENTA: Consulta da COF. PLC Kit Lanche. LOM. Jurisprudência STF
Tema 917 e 656. Opinião pela Constitucionalidade do Projeto e
Inconstitucionalidade da Emenda Parlamentar Observações.

DO PROCESSO.

Trata-se de solicitação da Comissão de Orçamento e Finanças no qual
solicita a emissão de Parecer Jurídico quanto a matéria do Projeto de Lei
Complementar nº 11/2023.

Considerando a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 11/2023, de
autoria do Executivo Municipal, que "DISPÕE SOBRE REAJUSTE DE
VENCIMENTOS DE 14,95% AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO, ALTERANDO
ANEXOS I E II DA LEI COMPLEMENTAR Nº 075 DE 26 DE DEZEMBRO DE 2022-
PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO
MUNICÍPIO DE MIRACATU";

Considerando que esse Projeto de Lei Complementar recebeu Emenda nº
17/23, de autoria do Vereador José Luiz Herculano da Silva, conforme cópia em
anexo.

Atendendo a decisão da Comissão de Orçamento, Finanças, Contabilidade,
Fiscalização e Controle e Tomada de Contas, em reunião realizada na data de
13/9/23, solicitamos os préstimos da Procuradoria Jurídica desta Casa no
sentido de emitir Parecer sobre a legalidade da Emenda nº 17/23.



CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Estado de São Paulo

Av. Washington Luis, 200, Estação, - Miracatu – SP - CEP 11.850.000-

CNPJ nº 57.741.852/0001-7

Telefax: (13) 3847.1299 - Tel (13) 3847.1248 (Presidência) - (13) 3847.3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br

O Processo Legislativo pode ser acessado através do Sistema SAPL pelo link: <https://sapl.miracatu.sp.leg.br/materia/6582>. A Emenda encontra-se disponível em: <https://sapl.miracatu.sp.leg.br/materia/6590>.

É a síntese do necessário

DA COMPETÊNCIA

A competência para legislar sobre o tema é do ente municipal, conforme art. 30, I e VI, ambos da Constituição Federal; o art. 144 da Constituição do Estado de São Paulo; em nível municipal a Lei Orgânica em seu art. 14, VI.

Assim, em tese, o Projeto de Lei sob exame encontra-se constitucional e legal quanto a iniciativa.

No tocante à Emenda Parlamentar em processo de iniciativa privativa do Poder Executivo em que trata de remuneração dos servidores da Prefeitura Municipal não é possível ocorre por iniciativa parlamentar, por violação dos Temas em Repercussão Geral nº 917 e nº 686 e que possuem respectivamente o seguinte teor.

“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal).”

“I - Há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, da CF); II - São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (art. 63, I, da CF).”

Assim, observa-se que é possível emenda parlamentar, salvo quanto “*trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos*” ou “*impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo*”.

No caso em tela a Emenda Parlamentar, em tese, encontra-se dentro a exceção que impossibilita a emenda parlamentar em razão da inconstitucionalidade, em outras



CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Estado de São Paulo

Av. Washington Luis, 200, Estação, - Miracatu – SP - CEP 11.850.000-

CNPJ nº 57.741.852/0001-7

Telefax: (13) 3847.1299 - Tel (13) 3847.1248 (Presidência) - (13) 3847.3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br

palavras, a emenda parlamentar em questão, em princípio, é inconstitucional, conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

REDAÇÃO

Com relação à articulação e redação, em princípio, encontra-se conformidade com a Lei Complementar Federal nº 95/1998 tanto na Emenda quanto no Projeto de Lei Complementar.

CONTEÚDO

A solicitação é exclusivamente **sobre a legalidade da Emenda nº 17/23.**

Assim, a questão encontra-se exaustivamente abordada no item “Competência” do presente Parecer Jurídico.

No mais, tendo em vista a urgência solicitada passa-se à conclusão.

Por fim para enriquecimento dos debates jurídicos, junta-se segunda opinião jurídica sobre o tema (anexo), o qual concluiu da igual maneira à esta Procuradoria Jurídica, porém com novos elementos para debates parlamentares.

CONCLUSÃO

Na forma como exposto no Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia Geral da União – AGU, no BPC nº 07¹ a presente conclusão poderá ser elaborada em duas partes, sendo a 1ª uma opinião conclusiva jurídica relevante sob aspecto científico-jurídico e a 2ª uma recomendação jurídica sob aspecto científico-jurídico cujo caráter é “*discricionário de seu acatamento*”

¹Enunciado A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. ([ManualdeBoasPraticasConsultivas4Edicaorevistaeampliadaversaosmartphone.pdf \(www.gov.br\)](#))



CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Estado de São Paulo

Av. Washington Luis, 200, Estação, - Miracatu – SP - CEP 11.850.000-

CNPJ nº 57.741.852/0001-7

Telefax: (13) 3847.1299 - Tel (13) 3847.1248 (Presidência) - (13) 3847.3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br

Por todo o exposto, opino, s.m.j., **I-** O presente Projeto de Lei encontra-se constitucional e legal quanto ao Ente Federal e a Iniciativa conforme art. 30, I e VI, ambos da Constituição Federal; o art. 144 da Constituição do Estado de São Paulo; **II-** O Projeto de Lei é legal conforme art. 14, VI da Lei Orgânica de Miracatu. **III-** A redação encontra conforme os preceitos da Lei Complementar nº 95/1998; **VI-** A Emenda Parlamentar é inconstitucional conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em Temas em Repercussão Geral nº 917 e nº 686.

Registra-se que esta Procuradoria Jurídica se encontra à disposição para novas manifestações jurídicas ou novas explanações jurídicas, caso necessário.

Eis o meu parecer em 04 (quatro) laudas numeradas, por mim rubricadas e digitadas somente no anverso; o qual submeto à criteriosa apreciação de Vossa Excelência.

Miracatu, 25 de setembro de 2023.

Rodrigo Magalhães Santana
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 346.599